



Reunião Plenária da Comissão Arco Atlântico

19 de outubro de 2017 - Helsínquia (Helsinki-Uusimaa-FI)

ATA

(Aprovado durante a Assembleia Geral de 2018 da Comissão Arco Atlântico)

INTRODUÇÃO

Isabelle Boudineau, Vice-Presidente da Região da Nova Aquitânia, em representação da Presidência da Comissão Arco Atlântico, dá as boas vindas aos participantes e apresenta a ordem do dia da reunião. Justifica a ausência de um representante político da Região do País do Loire. Na sequência da decisão de Bruno Retailleau de conservar o seu mandato de Senador, realizam-se neste preciso momento novas eleições internas no Conselho Regional do País do Loire para designar um novo Presidente.

Isabelle Boudineau submete a votação as atas da Assembleia Geral e da Mesa Política de Sables d'Olonne de 2017, que são aprovadas por unanimidade.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO SOBRE O BREXIT

Eleni Marianou apresenta o documento no âmbito dos debates internos da CRPM sobre o Brexit. A Andaluzia e o País Basco apresentam alterações, que são aprovadas por unanimidade.

Alfonso Garrido intervém para precisar a alteração da Andaluzia e a sua situação específica relacionada com a fronteira com Gibraltar e, particularmente, a questão dos trabalhadores fronteiriços.

Introduzidas as alterações, a Declaração é submetida a votação e é aprovada por unanimidade.

DECLARAÇÃO DA COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE DESEMBARQUE MAIS FLEXÍVEL E SOCIALMENTE ACEITÁVEL

As Regiões não comunicaram qualquer alteração ao documento e a declaração é apresentada e aprovada por unanimidade.

PROJETO DE DECLARAÇÃO FINAL DE 2017 DA CRPM

Élise Wattrelot, Policy Officer da Comissão Arco Atlântico, enumera as alterações “atlânticas” que o Secretariado recebeu. No atinente à alteração apresentada pelo Principado de Astúrias, frisa que o tema dos indicadores é muito sensível para as Regiões da CRPM.

Isabelle Boudineau indica não pretender que a questão dos indicadores seja abordada nesta fase do debate sobre a política de coesão. Efetivamente, cada Região poderia, se o desejasse, escolher um indicador específico, o que tornaria impossível uma posição comum na CRPM.

Montse García Ortiz, do Governo da Cantábria, apoia o pedido das Astúrias. Considera que se deve prestar especial atenção às questões das mudanças demográficas que são próprias de Regiões como as Astúrias e a Cantábria, por exemplo. Deseja que se possa encontrar uma formulação, ainda que geral, sobre a matéria.

CPMR Atlantic Arc Commission

6, rue Saint-Martin - 35700 Rennes (FR)

Tel. +33 (0)2 99 35 40 60 // +32 (0)2 612 17 05 - Email: pauline.caumont@cpmr.org - Twitter: [Atlantic_Arc](https://twitter.com/Atlantic_Arc)

<http://cpmr-atlantic.org>

Ana Ramos, da Galiza, apoia a perspectiva da Cantábria. É um ponto importante que deve ser tido em conta nos debates sobre o futuro da política de coesão. Embora o PIB seja um critério importante, entende que um novo critério demográfico seria muito pertinente para a repartição dos fundos.

Isabelle Boudineau recorda que o orçamento da política de coesão corre o risco de diminuir significativamente. Neste contexto seria arriscado reservá-la para as Regiões menos desenvolvidas. O tema dos critérios corresponde a uma questão de fundo sobre a qual importa refletir no âmbito da política de coesão no seu conjunto.

Ana Ramos insiste, porém, em que o critério demográfico seja tido em conta na repartição.

Claire Letertre, da Bretanha, recorda que, para começar, é preciso defender e manter a política de coesão no seu conjunto. Sugere, pois, iniciar um debate sobre os indicadores, particularmente sobre um critério demográfico, no âmbito de uma próxima Assembleia Geral.

Montse García Ortiz concorda com o ponto de vista da Região da Bretanha. Propõe um novo ponto que precise que se deve prestar especial atenção às Regiões com problemas demográficos. Tal evitaria suscitar diretamente a questão dos critérios.

Nicolas Brookes, Diretor da CRPM responsável pela política de coesão, recorda o parecer do *Core Group* que trabalha sobre o tema. Afigura-se-lhe complicado especificar um indicador em particular. Na sua opinião, há que defender, em primeiro lugar, a política de coesão, antes de discutir o tema dos indicadores. Refere-se ao debate com a Comissão Europeia sobre o assunto e propõe uma nova formulação de compromisso que consiste em estudar novos critérios, quando o debate sobre o futuro da política regional estiver avançado.

Eleni Marianou considera igualmente que a multiplicação de critérios não é oportuna neste momento. Propõe um debate no âmbito da sessão que se realizará sobre o assunto durante a Assembleia Geral.

Ana Ramos concorda com a proposta de Nicolas Brookes e solicita que se apresentem propostas para que as instituições europeias se interessem pela questão dos critérios numa fase posterior.

A concluir, **Eleni Marianou** propõe que se trabalhe sobre a definição de novos critérios, para além do PIB.

Quanto à segunda alteração proposta pela **Andaluzia** sobre a questão do desemprego como desafio de desenvolvimento, a proposta é aprovada por unanimidade.

Finalmente, **Élise Wattrelot** apresenta a última alteração “atlântica” proposta por Astúrias, paralelamente a uma alteração das Ilhas Jónicas. É igualmente validada por unanimidade.

Élise Wattrelot termina com um último ponto que poderia ser problemático para as Regiões atlânticas: o dos recursos próprios. A priori, a Comissão Arco Atlântico não aceitaria a alteração. A Bretanha e o Governo Basco assinalam claramente que não desejam que esta alteração seja aprovada. Este ponto é validado pelas Regiões da Comissão Arco Atlântico.

Por outro lado, outro ponto de tensão poderia surgir das propostas de alteração da Comissão do Báltico e da Comissão Intermediterrânea que pretendem mencionar especificamente estratégias ligadas às suas bacias marítimas. A posição da Comissão Arco Atlântico tem consistido sempre em defender uma Declaração da CRPM suficientemente ampla para englobar todas as Regiões membros e as Comissões geográficas com vista a evitar identificar casos específicos.

Eleni Marianou confirma que a Declaração Final da CRPM não pode nem deve fazer referência a todas as particularidades geográficas. Propõe que se limite à menção geral de “estratégias macrorregionais, estratégias de bacia marítima e outras estratégias emergentes”.

Isabelle Boudineau fará, pois, uma proposta neste sentido na Assembleia Geral da CRPM para defender a posição da Comissão Arco Atlântico sobre o assunto.

Davide Strangis, Secretário Executivo da Comissão Intermediterrânea (CIM), intervém para afirmar que a menção da Estratégia West Med pretendia ser um exemplo. **Isabelle Boudineau** faz notar que incluirá uma precisão nesse sentido.

Por fim, quanto à alteração da Comissão Intermediterrânea sobre o clima, a Comissão Arco Atlântico destaca que a menção dos “Hotspot” no Mediterrâneo” é demasiado específica. **Claire Letertre** precisa que o aquecimento global não é só uma questão mediterrânea. Embora a ideia seja positiva, importa não realçar uma zona em detrimento das restantes.

Isabelle Boudineau recorda, efetivamente, que o tema do clima reveste igualmente grande importância no Atlântico, com sérios problemas de erosão costeira. Nessas condições, irá propor uma formulação mais genérica para que a alteração proposta pela Comissão Intermediterrânea englobe as problemáticas atlânticas.

Ana Ramos suscita a questão da gestão das restantes alterações. **Eleni Marianou** explica que estes elementos devem ser precisados e apresentados ao grupo de síntese das resoluções para a sua validação e apresentação à Mesa Política da CRPM – Consultar a [Declaração final da CRPM - Helsinki 2017](#)

QUESTÕES INTERNAS DA COMISSÃO ARCO ATLÂNTICO

Eleni Marianou, Secretária-Geral da CRPM, apresenta os documentos financeiros da Comissão Arco Atlântico e, em especial, o orçamento para 2018. A situação melhorou, visto que o orçamento é positivo para os próximos anos graças à contribuição da Região do País do Loire e aos projetos de cooperação.

Eleni Marianou refere-se à questão das Regiões britânicas para a Comissão Arco Atlântico e para a CRPM, tanto numa perspetiva financeira como política. Recomenda que se levem a cabo ações bilaterais com estas Regiões.

Elise Wattrelot finaliza com o calendário para 2017/2018 da Comissão Arco Atlântico e recorda as datas seguintes:

- Antes do fim de 2017: reunião com Michel Barnier para apresentar a [Declaração sobre o Brexit](#)
- 15 de novembro: seminário da DG MARE sobre a obrigação de desembarque (cf. [Declaração](#) da Comissão Arco Atlântico)
- 16 de novembro: Conferência de Cardiff sobre o Brexit
- 29 de novembro: [Visita a um parque eólico marítimo no Mar do Norte](#), com representantes eleitos da Comissão Arco Atlântico e da Comissão Mar do Norte no âmbito de [Wind Europe](#)
- 13 e 14 de dezembro, reuniões técnicas das dez “Hubs meetings” da Comissão Arco Atlântico

Montse García Ortiz da Cantábria termina confirmando a oferta da sua Região para organizar a próxima Assembleia Geral de 2018, provavelmente nos dias 14/15 de junho (datas a confirmar).

A concluir, **Isabelle Boudineau** agradece a todos os delegados a sua participação nesta reunião plenária e convida todos os membros para a próxima Assembleia Geral anual da Comissão Arco Atlântico em junho de 2018 na Região da Cantábria.